

# NOVA HISTÓRIA POLÍTICA E CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE CULTURA POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES

Faustino Teatino Cavalcante Neto<sup>166</sup>

## Resumo

O objetivo maior do texto que segue é o de fazer uma síntese do que vem a ser os estudos que se concentram em torno da política, mais exatamente do que se convencionou chamar de *Nova História Política*, apontando a sua emergência e as suas possibilidades de objetos de estudo, bem como problematizar e analisar dois conceitos que em muito vem sendo utilizados pelos que se lançam nesse ofício, a saber, o de *Cultura Política* e o de *Representações*.

**Palavras-chave:** Nova História Política. Cultura Política. Representações.

## Abstract

The main objective of the text that follows is to make a synthesis of what is to be studies that focus around the policy, more accurately than is conventionally called the *New Political History*, pointing to their rescue and their potential objects study and discuss and analyze two concepts that has long been used by those who are engaging in that letter, namely, the *Cultural Policy* and *Representations*.

**Keywords:** New Political History. Political Culture. Representations.

## Sobre a *Velha* e a *Nova História Política*

Ao longo do século XIX e início do XX, a maioria da história conhecimento produzida foi no campo da tradicional história política, que era tida e entendida mais como uma espécie de história militar ou diplomática<sup>167</sup>. A dimensão política era então admitida

<sup>166</sup> Doutorando em História pela UFPE, orientando da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Maria Godoy Silveira.

<sup>167</sup> Vainfas, apesar de concordar que a maioria da produção historiográfica do século XIX foi voltada à história política tradicional, nos mostra que também existiram historiadores que contribuíram para certa renovação historiográfica, inclusive fazendo estudos que mais tarde seriam chamados de mentalidades, como é o caso de Edward Gibbon, Jacob Burckhardt,

fundamentalmente a partir e através do Estado. Uma história que se centrava nas batalhas, nas guerras e negociações envolvendo os diferentes Estados. Enfim, uma história política relacionada com a noção de história oficial, história da Pátria, sentimento nacional, etc., uma vez que era a época dos nacionalismos. De acordo com Falcon, a hegemonia dessa história política se deu graças à promoção do Estado à condição de objeto da produção histórica. “*Daí porque, no século XIX, poder é sempre poder do Estado – instituições, aparelhos, dirigentes; os acontecimentos são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores*”<sup>168</sup>. Foi a partir dessas impressões que Julliard resumiu o que compreendeu sobre essa historiografia, como segue:

“A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra resume tudo na linguagem dos historiadores, é uma história factual.”<sup>169</sup>

Desse modo, observamos que os profissionais na escrita da história dos oitocentos concentravam esforços na narração descritiva dos eventos irrepitíveis, nos quais as “grandes personalidades” políticas e militares eram os sujeitos.

Fustel de Coulanges e Michelet. Cf. VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. (Orgs.) CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 127-162.

<sup>168</sup> FALCON, Francisco. História e Poder. In: *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. (Orgs.) CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 65.

<sup>169</sup> JULLIARD, Jacques. A Política. In: *História: Novas Abordagens*. (Orgs.) LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

É a partir da década de 1920 que assistiremos o início de uma crítica mais sistematizada a esta história “tradicional”, censura essa que será implacável, especialmente em relação à história política definida nos moldes de então. Cabe lembrar que esta crítica se realizou através de várias vertentes. A primeira seria constituída na França a partir dos anos 1920, pelos *Annales*, com a Revista *d’Histoire Économique et Soliale*, sob a direção de Lucien Febvre e March Bloch, que deram início a uma nova produção historiográfica, movimento esse denominado de *História Nova*<sup>170</sup>.

A partir de então, a história deslocava seu foco fundamental de análise para aspectos relativos à atividade humana em seu sentido mais pleno (estudos econômicos e sociais). Não mais, portanto, o estudo dos Estados através de suas guerras e relações diplomáticas, senão o estudo dos processos relativos à figura e à ação humana no plano das massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar, uma história problematizadora do social<sup>171</sup>. Os historiadores passaram a revisitar temas considerados tradicionais, sob novos olhares e perspectivas, se contrapondo a História Metódica, “dita positivista”, que vigorava na produção histórica até então.

<sup>170</sup> Não se pode deixar de destacar que esse movimento é fruto, principalmente, das já fortes críticas advindas da sociologia durkheimiana à escola metódica, sendo François Simiand seu principal interlocutor, cujo artigo *Méthode Historique et Science Social*, publicado de 1903, provocou a história tradicional de Seignobos e Lavisse e foi base para a fundação dos *Annales*. Nesse texto, Simiand atacou teoricamente a produção histórica “historizante” e, sobretudo, apresentou um projeto de história como ciência social. Cf. REVEL, Jacques. História e Ciências Sociais: Uma Confrontação Instável. In: *Passados Recompuestos*. Campos e Canteiros da História. (Orgs.) BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. Tradução: Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

<sup>171</sup> No início do século XX a Europa não era mais o centro político hegemônico do planeta; que o capitalismo havia se estendido por diversas partes do mundo; que ocorreu o advento da democracia, do movimento operário e do socialismo; e que, desse modo, as preocupações dos historiadores deixaram de ser de ordem política e passaram a ser de ordem econômica e social. Cf. REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. A Inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Desse modo, os estudos em torno da política, durante a primeira e segunda gerações dos *Annales* não foram predominantes, uma vez que, como já mencionado, a ênfase especial dos estudos destas gerações se dava em torno do social e do econômico.

É no interior da terceira geração dos *Annales*, já por volta de 1976, que passou a ocorrer um “retorno”<sup>172</sup> a História Política, que renasceu com outras preocupações e com uma visão mais ampla, passando esta a assumir novamente um lugar de evidência na produção historiográfica, se propondo a dialogar agora, com outras áreas das ciências sociais, como a Sociologia e a Antropologia<sup>173</sup>. Ainda com relação à idéia de “retorno” do político, cabe mencionar a opinião de Rémond quando diz que:

“Não gosto nem um pouco dessa expressão, porque ela faz pensar que se trata de uma volta atrás ou de uma restauração, quando na verdade, trata-se de algo completamente diferente, de uma outra história, que se

<sup>172</sup> Burke considera estranho o uso da palavra retorno, uma vez que: primeiro, quando se trata de observar a negligência ao campo político a todo o grupo dos *Annales* das duas primeiras gerações, esquece-se da escrita de alguns historiadores - Marc Bloch com os Reis Taumaturgos é um dos exemplos, assim como as escritas de Agulhon, Furet, Labrousse, Vovelle e Le Roy Ladurie, como membros do Partido Comunista Francês no pós II Guerra; segundo, porque esse retorno tem outro caráter, bem diferente do ponto de vista adotado pelos eruditos do século XIX. Cf. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. A Revolução Francesa da Historiografia. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997, p. 101.

<sup>173</sup> Peter Burke periodiza que, entre o final dos anos 1960 e 1972 (ano da aposentadoria de Fernand Braudel), ocorreu a transição para a terceira Geração dos *Annales*, a *Nouvelle Histoire*, cuja grande novidade foi a abertura para as novas temáticas (nível cultural) – História das Mentalidades. Todavia, as formas de abordagens, herdadas da “Era Braudel” (níveis econômico e social), continuavam a privilegiar recortes temporais longos e a quantificação em larga escala. Apenas em meados da década de 1970, eclodiu uma reviravolta metodológica no interior da *Nouvelle Histoire* em reação ao uso do quantitativo no terceiro nível (cultural), promovendo-se uma “viragem antropológica”, um “retorno à política” e um “renascimento da narrativa”, eis que surge a História Cultural. Sobre a crise da História das Mentalidades e o conseqüente surgimento da História Cultural ver também Vainfas, 1997. Para um maior balanço sobre a passagem da antiga História Política para a Nova História Política dos anos setenta ver LE GOFF, Jacques. *A Política: Será Ainda a Ossatura da História?* In: \_\_\_\_\_. *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Tradução Lisboa: Edições 70, 1972, p. 221-242.

beneficiou do enriquecimento de todas as gerações anteriores e trouxe, não resta dúvida, o político pra frente do palco.”<sup>174</sup>

Desse modo, há alguns anos a História Política, anteriormente tão rejeitada e criticada, sobretudo nas colocações da Escola dos *Annales* e do Marxismo, que a acusaram de ser factual, narrativa, vinculada à escola metódica, centrada nos grandes homens e voltada para os interesses sociais do Estado, tem mudado o seu perfil. A ênfase em uma história das guerras ou das relações diplomáticas, em termos de enfoques tradicionais, decaiu significativamente, sendo fundamental para isso a percepção da ação política como excedendo o campo do formal, do político-institucional. Sobre isso Gomes diz que:

“O conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, até porque a idéia é a de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais. Dessa forma, as relações de poder excedem o poder do Estado, e as relações políticas excedem o campo do político institucional. A categoria política se expande e suas fronteiras tornam-se mais fluidas e móveis. Quanto ao poder, inclusive o poder do Estado, não se trata mais de pensá-lo apenas como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação.”<sup>175</sup>

Nesse sentido, vale destacar a importância de uma avaliação da expressão *Nova História Política* no interior do campo da História Cultural, apontando, assim, para uma retomada da História Política em termos de uma análise dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas enfim, fato que demonstra a vitalidade da política no interior da produção historiográfica<sup>176</sup>. O

<sup>174</sup> RÉMOND, René. Por Que a História Política? In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 07, nº 13, 1994, p. 10.

<sup>175</sup> GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões. In: *Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História*. (Orgs.) SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005, p. 30-31.

<sup>176</sup> A possibilidade de uma *Nova História Política* resultou, também, de condicionamentos

estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível de as representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder. Estuda-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se, assim, a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem esse campo. Pensa-se agora em termos de análises dos jogos/tramas políticas, representações, recorrências ao simbólico, além do corpo, das identidades, das emoções, etc., enquanto objetos fundamentais do “político”. Assim, a história política pode ser compreendida como um redimensionamento do estudo em torno do poder, leia-se poder político, relacionado com a renovação dos temas e das abordagens da disciplina histórica.

Ainda sobre o teor dos estudos da *Nova História Política*, Pesavento discorre que eles

“Se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas de poder simbólico de coesão social.”<sup>177</sup>

---

históricos: o advento da sociedade pós-industrial, cuja lógica se baseia no domínio tecnológico, consubstanciado na informática, sobre um conjunto de seres humanos alvejados pela mídia; a tomada do acontecimento como notícia e a percepção aguda do caráter político das decisões governamentais; a universalização da burocracia e como conseqüências disso, as decisões propriamente políticas recobram importância, levando a uma politização inevitável dos acontecimentos, atitudes, comportamentos, idéias e discursos. Cf. ARONOVITZ, Stanley. Pós-modernismo e Política. IN: *Pós-modernismo e Política*. (Org.) HOLANDA, Heloisa Buarque. Tradução: Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 151-176.

<sup>177</sup> PESAVENTO, Sandra Jathay. *A Nova História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 25.

Assim, enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), já a *Nova História Política*, que começou a se consolidar a partir dos anos 1980, passou a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micro-poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder, ou do discurso, enfim).

Atualmente a História Política consegue se livrar do estigma de “tradicional”, especialmente pelo leque de possibilidades interpretativas que lidam com as subjetividades humanas, intercambiando com a vastidão teórico-interpretativa da História Cultural. Através da *Nova História Política*, os acontecimentos de ordem política, antes delimitados por uma pretensa “objetividade” metodológica, agora se renovam e ganham uma nova dinâmica baseada nas dimensões humana e/ou social, com um conjunto de representações e significados a serem interpretados e revisados.

### Sobre o conceito de *Cultura Política*

A marca fundamental da *Nova História Política* é a identificação de um campo específico do político com estruturas e uma cultura que lhe são próprias, assim como a inserção desse campo de conhecimento no interior da historiografia atual em uma perspectiva mais ampla. Preocupa-se com a “(...) história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo.”<sup>178</sup>

Sobre isso Capelato também chama atenção, como segue:

---

<sup>178</sup> Cf. FERREIRA, Marieta Moraes. A Nova ‘Velha História’: O Retorno da História Política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 268.

“Pensando numa possibilidade de rompermos com esse sentimento de negatividade ou com essas emoções polarizadas que motivam os estudos sobre nossa história política, deixo aqui uma sugestão para investigações futuras num campo que nunca parece lacunar no Brasil: o da História Política de longa duração. Em alguns países, França, por exemplo, um dos caminhos de renovação da História Política conduz à “longa duração”, introduzindo o estudo das mentalidades políticas e das representações através do uso do conceito de cultura política. Com isso, busca-se recuperar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia, o pensamento, a mentalidade dos governantes, dos grupos dominantes e do homem comum, bem como as representações do poder expressas por toda parte”<sup>179</sup> (Grifos Nossos).

Dessa forma, a grande novidade da *Nova História Política* - se comparada com a aquela história “tradicional” do século XIX - se encontra situada em relação às fontes, ao padrão da narrativa dos acontecimentos, ao trabalho proposto em moldes de longa duração e, fundamentalmente, em termos da abordagem de seu objeto, ou seja, enfocando os estudos sobre *cultura política*. Todavia, é o Estado aquele que se situa no centro daquilo que constitui as preocupações fundamentais da *Nova História Política*. Mesmo quando se trata de um estudo sobre *cultura política*, essa *cultura* é aquela que envolve elementos relacionados ao Estado e as instituições de poder vinculadas a ele mais diretamente.

É lugar comum entre os historiadores políticos dizer que o conceito de *Cultura Política* é um dos centrais para a *Nova História Política*. Nos anos 1990, diferentemente do que ocorreu na Ciência Política, que tendeu, de forma geral, a se afastar desse conceito, a História retomou/releu tal conceito, ressignificando-o no interior de seu campo disciplinar.

A historiadora Ângela de Castro Gomes observa que esse conceito “(...) foi formulado pela Ciência Política nos anos posteriores

<sup>179</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n° 17, 1996, p. 04.

à II Guerra Mundial, vinculando-se tanto a uma crise internacional do paradigma liberal clássico, quanto ao aparecimento de novas metodologias de pesquisa, com destaque as quantitativas.”<sup>180</sup> Seu berço e centro de irradiação foi a Ciência Política estadunidense dos anos 1960, sendo clássica a referência aos trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba.

Ainda segundo essa autora, o livro intitulado *The Civic Culture*<sup>181</sup>, lançado em 1963 por Almond e Verba, foi à primeira tentativa de formulação e aplicação do conceito de *Cultura Política*, sendo logo seguida por uma avalanche de outros trabalhos que o adotaram. O entendimento do que eram culturas políticas estabeleceu uma espécie de “escala” de tipos de comportamento político e orientou o que ficou conhecido como “escola desenvolvimentista”; “(...) uma abordagem centrada em estudos sobre os ‘processos de modernização’, entendidos como de transição de modelos políticos ‘tradicionais’, próprios de países ‘atrasados ou em desenvolvimento’, para modelos políticos ‘modernos’, cujo referencial era a existência liberal-democrática anglo-saxã.”<sup>182</sup>

<sup>180</sup> Op. cit., p. 27.

<sup>181</sup> Realizando um estudo que abarcava cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e México) estes pesquisadores pretendiam entender qual era a relevância de valores, sentimentos, crenças e conhecimentos para determinados comportamentos políticos adotados pelos indivíduos de cada um dessas nações, o que, inclusive, podia ser determinado por meio de pesquisas tipo *survey* (pesquisa que permite a obtenção de dados ou informações sobre características, ações e opiniões de um determinado grupo de pessoas). Com tal estratégia metodológica, fazia-se o trânsito do individual para o social, caracterizando-se tipos de culturas políticas que eram classificadas como: *parvoial* (própria às sociedades tradicionais - pouco ou nenhum conhecimento sobre o sistema político); *sujeita* (marcada pela sujeição dos cidadãos características dos Estados Autoritários); e *participante* (“cultura cívica”, indicativo da existência de participação e característico das nações democráticas, como os EUA). *Ibidem*.

<sup>182</sup> Op. cit., p. 28.

As críticas<sup>183</sup> a essa tentativa de modelo de análise das sociedades, chamada de “escola da cultura política”, foram evidentes, pois

“(…) assumia uma perspectiva simplista e claramente “etapista” (para não dizer evolucionista), evidenciando uma abordagem etnocêntrica e teleológica da questão da mudança política e cultural, bem como um tratamento pouco sofisticado sobre as complexas relações entre política e cultura. A adoção de um modelo normativo de cidadania liberal-democrática, constituindo um tipo ideal de cidadão – informativo, ativo e envolvido com a política, embora propenso à obediência e ao não-questionamento das regras institucionais –, é um dos alvos mais visados na crítica à chamada ‘escola da cultura política’”<sup>184</sup>

Especificamente no caso da História, as críticas a esse conceito de *cultura política* foram apontadas quanto a sua contribuição à naturalização dos regimes democráticos e a construção de um parâmetro de cidadania e de definição de política no marco institucional liberal democrático. Ademais, também se criticou o uso do método quantitativo que transportava a análise do individual para o coletivo, o que desconsiderava princípios sociológicos elementares e reduzia a complexidade do cultural.

Não obstante, para além dessas críticas advindas da disciplina História, importa compreender que os historiadores afeitos à *Nova História Política* retomaram e reconstruíram esse conceito, isso pelo fato do conceito de *cultura política* permitir “(…) explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais

<sup>183</sup> No campo da própria *Ciência Política*, críticos vinculados à teoria marxista estruturalista insistiam que o conceito de classe social tinha força determinante sobre as atitudes e valores de indivíduos e grupos e, portanto, as esferas do político e do cultural não deveriam ser tratadas como campos autônomos para investigações sobre mudança social; no campo da *Antropologia* o que se verifica é que o viés etapista e etnocêntrico foi o ponto mais relevante para afastar essa disciplina de seu uso, isso porque a Antropologia cada vez mais se preocupava em relativizar os padrões culturais, estendendo o espaço da política, por exemplo, para pensar sociedades sem Estado. Ibidem.

<sup>184</sup> Ibidem.

*e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades*”<sup>185</sup>.

Desse modo, a categoria de *cultura política* – distanciando-se do seu significado ligado a “escola da cultura política” estadunidense – foi ressignificada pela *Nova História Política* e adquiriu outro potencial, que é próprio de uma orientação da História Cultural. Nesse sentido, o conceito antropológico de *cultura* foi fundamental, uma vez que quando o mesmo é utilizado no campo dos estudos antropológicos é definido como “um conjunto de significados” que dá sentido às percepções dos homens sobre a realidade social<sup>186</sup>.

Assim, para Gomes, mesmo sendo reconhecidamente difícil e arriscado construir um significado, a categoria de *cultura política*<sup>187</sup> pode ser definida como

“(…) ‘um sistema de representações, complexo e heterogêneo’, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento no tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração.”<sup>188</sup>

<sup>185</sup> Op. cit., p. 30.

<sup>186</sup> Quando eclodiu a reviravolta no interior da *Nouvelle Histoire* (em meados da década de 1970), em reação ao uso do método quantitativo para análise do campo cultural, promoveu-se uma aproximação ao método interpretativo (dimensão simbólica), instrumental próprio da Antropologia de Clifford Geertz.

<sup>187</sup> Para um melhor debate no Brasil sobre o conceito de cultura política ver: KRISCHKE, Paulo. “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 43, 1997, p. 103-126; RENOÓ, Lúcio. “Teoria e Cultura Política: Vícios e Virtudes”. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, 1998, p. 71-92; KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet. “As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999, p. 227-250; DUTRA, Eliana Freitas. “Histórias e Culturas Políticas: Definições, Usos, Genealogias”. *Vária História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2001, p. 13-28.

<sup>188</sup> Op. cit., p. 31.

A autora chama atenção para o fato de que é exatamente por isso que a constituição de uma *cultura política* demanda tempo, sendo um conceito que integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração. Destaca também que é “Uma postulação que não exclui a existência de movimentos e de transformações no interior de uma *cultura política*, mas que adverte para o fato de eles não serem nem rápidos, nem contingentes, nem arbitrários, havendo pontos mais resistentes e outros mais permeáveis”. Desse modo, os historiadores que trabalham nessa perspectiva (da mudança e da singularidade) não perdem de vista a possibilidade da diversidade de *culturas políticas* existentes em qualquer sociedade. Enfatiza ainda que mesmo “Competindo entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão, a multiplicidade de culturas políticas não impediria, contudo, a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante, em certo lugar, em certas conjunturas”<sup>189</sup>.

Gomes quer dizer que, mesmo sendo formada por elementos múltiplos, e até conflitantes, uma *cultura política* pode conservar coerência e permitir a produção de interpretações da realidade, sendo fundamental para a constituição de identidades. E é nesse sentido último que notadamente observamos que *culturas políticas* desempenham um papel fundamental na legitimação de regimes, sendo seus usos extremamente eficientes. Assim, “(...) pode-se dizer que as *culturas políticas* têm formas pelas quais se manifestam e se evidenciam mais freqüentemente: um projeto de sociedade, de Estado, ou uma leitura compartilhada de um passado comum, por exemplo”.<sup>190</sup> Para tanto, as *culturas políticas* têm determinadas instituições-chave (imprensa, igrejas, escolas, partidos, sindicatos, família, etc.), fundamentais para a sua transmissão e recepção. “Em todos os casos, as *culturas políticas* articulam, de maneira mais ou menos tensa, idéias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologias, vocabulário, etc.”<sup>191</sup>

<sup>189</sup> Ibidem.

<sup>190</sup> Op. cit., p. 32.

<sup>191</sup> Idem.

Por fim, observamos que o conceito de *cultura política* aciona sempre uma leitura comum do passado (histórico e/ou mítico), que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos, textos referenciais e, principalmente, um enredo – uma narrativa – do próprio passado.

“(…) Nesse sentido, estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos –, é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais.”<sup>192</sup>

O historiador francês Serge Bernstein também já havia atribuído uma particular atenção ao conceito de *cultura política* e refletido sobre sua importância para a historiografia. Isso porque, segundo o autor, a *cultura política* ocupa um lugar particular nos estudos sobre fenômenos culturais nas sociedades:

“Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões de atos políticos que surgem, pelo contrário, como epifenômenos.”<sup>193</sup>

Diante de episódios históricos que apresentam situações de crises e conflitos sociais, respostas e medidas políticas são necessárias, o que desencadeia a ação de um grupo ou de uma considerável parte da sociedade. O que Bernstein pretende investigar é o que leva certo

<sup>192</sup> Op. cit., p. 33.

<sup>193</sup> BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. IN: *Para Uma História Cultural*. (Orgs.) RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 363.

grupo de indivíduos a agir de uma maneira e não de outra. O que faz com que adotem esta, e não aquela diretriz ideológica. Essas são questões relacionadas à *cultura política*, e investigá-la significa olhar mais de perto os acontecimentos que desencadeiam transformações sociais e culturais nas sociedades.

Segundo esse historiador o processo que faz surgir uma determinada cultura política, não é acidental e ocasional. Faz parte de uma construção racional, elaborada a partir de idéias e ideais partilhados por um grupo de pessoas. “*Corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações.*”<sup>194</sup> Nesse sentido, podemos entender como surge uma *cultura política* e de que forma ela pode servir a um determinado grupo social.

### Sobre o conceito de *Representações*

O significado da noção de *cultura política* remete à importância do papel das *representações* na sua definição. Nesse sentido, se faz interessante pensá-las a partir de Roger Chartier, um dos expoentes da História Cultural<sup>195</sup>, que observa que o principal objetivo dessa corrente historiográfica é identificar o “(...) modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”<sup>196</sup> Ressalva também que “São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se tornar inteligível e o espaço, ser decifrado”.

<sup>194</sup> Op. cit., p. 355.

<sup>195</sup> O conceito de *representação* é centrado nas gerações historiográficas que surgiram a partir da crise dos paradigmas explicativos da realidade estruturalista e funcionalista.

<sup>196</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990, p. 16-17.

Dessa forma, as *representações* do mundo social são sempre produzidas pelos interesses de grupo que as forjam. Portanto, para cada caso, torna-se necessário relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. De acordo com Chartier, *representação* é um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente, através de sua substituição por uma “imagem” capaz de reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. A percepção inicial sobre a compreensão do termo nos transmite a idéia daquilo que se coloca no lugar do “real”, legitimando-se como se fosse a própria realidade ou transmitindo a percepção de substituição de um objeto ausente por imagens e símbolos construídos, possibilitando diversas interpretações.

É nesse sentido que esse historiador francês observa que

“Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detém o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua resistência a partir de uma demonstração de unidade.”<sup>197</sup> (Grifos Nossos).

Assim, para Chartier, as *representações* não negam a existência de uma possibilidade de realidade (tal como queriam os acusadores da “crise da História”), mas se coadunam com ela, através de uma rede de signos que se confrontam, ora pela imposição das *representações* por parte de quem as constrói, ora pelas diversas maneiras pelas quais essas mesmas *representações* construídas são assimiladas, modificadas ou apropriadas por parte dos diferentes grupos sociais que as recebem. Tais representações partiriam, assim, de algo concreto, ao qual se atribuem diversos sinais interpretativos,

<sup>197</sup> CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 5, nº 11, 1991, p. 183.

numa rede de *representações* a nível coletivo, que engloba diversos grupos sociais; assim como indivíduos, que captam as *representações* emitidas sob diferentes interpretações, traduzidas em recusa, aceitação ou modificação.

Nesse sentido, o conceito de *representação* é visto por Chartier como a pedra angular de uma abordagem centrada na História Cultural, uma vez que se pode pensá-la enquanto instrumental articulado com o mundo social em três perspectivas, a saber: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; segundo, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; e em terceiro lugar, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Chartier (1991), analisando as sociedades do Antigo Regime, observa que os Estados-nações utilizavam demasiadamente a noção de *representação* para tornar sua própria sociedade menos opaca ao entendimento do que convinha a este poder. Destarte, ao significados correspondentes à palavra *representação* nas definições antigas (por exemplo, a do Dicionário Universal de *Furetière* em sua edição de 1727), apresentam

“(…) duas famílias de sentido aparentemente contraditório: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é. (...) Outras imagens funcionam num registro diferente: o da relação simbólica que, para Furetière, é “a representação de algo de moral

pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais (...). O leão é o símbolo do valor, a bolha a da inconstância, o do pelicano o do amor materno”. Uma relação decifrável é, portanto postulada entre o signo visível e o referente significado – o que não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal como deveria ser.”<sup>198</sup> (Grifos Nossos).

A relação de *representação* é entendida, deste modo, como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, um valendo pelo outro. O autor também atenta para a distinção fundamental entre *representação* e representado, isto é, entre signo e significado, que é pervertida pelas formas de teatralização do Antigo Regime. Ou seja, todas têm o objetivo de fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da *representação*.

Desse modo, entendemos que o conceito de *representação* torna-se necessário para a construção de uma definição de *cultura política* no campo da História. Resumidamente, o mesmo pode ser entendido em uma tríplice dimensão:

“(…) primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e performances simbólicas através da imagem, do rito (...); finalmente, a ‘presentificação’ em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade.”<sup>199</sup> (Grifos Nossos).

Evidenciam-se as várias possibilidades de uso do conceito de *representação* e também seu extenso alvo, pois abrange um conjunto de idéias, imagens e formas simbólicas, o que é extremamente copioso para a análise política.

Artigo recebido em 10/2009 e aceito para publicação em 02/2010

<sup>198</sup> Op. cit., p. 184.

<sup>199</sup> CHARTIER, Roger. A História Hoje: Dúvidas, Desafios, Propostas. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994, p. 108.